

PERFORMANCE E PERFORMATIVIDADE: APROXIMAÇÕES ENTRE JUDITH BUTLER E J. L. AUSTIN**PERFORMANCE AND PERFORMATIVITY: A CONVERGENCE BETWEEN JUDITH BUTLER AND J. L. AUSTIN**Jade Bueno Arbo¹

RESUMO: Por muito tempo, John Searle manteve o monopólio interpretativo sobre a teoria dos atos de fala de J. L. Austin, resultando em uma pragmática incapaz de abarcar as rupturas trazidas pelas proposições austinianas sobre como fazemos coisas com as palavras. Atendendo ao chamado de Rajagopalan por uma pragmática socialmente relevante e socialmente engajada, o presente trabalho realiza uma aproximação entre a teoria dos atos de fala como proposta por J. L. Austin e o conceito de performatividade do gênero apresentado por Judith Butler, como forma tanto de melhor compreender a forma como Butler articula a questão da linguagem em sua visão do sujeito quanto de explorar um desdobramento da teoria dos atos de fala talvez jamais imaginado por seu autor. Para tanto, primeiramente revisitamos a teoria dos atos de fala como proposta por Austin; em seguida, dá-se uma visão geral da concepção de gênero como performativo, conforme proposto por Butler; por fim, propõe-se que uma aproximação entre ambos os filósofos, aparentemente situados em campos tão distintos da filosofia, possibilita uma melhor compreensão do gênero como produto de uma linguagem que age sobre e através de indivíduos, delineando, de certa forma, os contornos de sua existência social. Esperamos, através desta discussão teórica, estabelecer um caminho produtivo para se pensar a disciplina da pragmática como sempre consciente e informada pelos desdobramentos sociais da linguagem, de forma a ir além dos esforços descritivistas das leituras canonizadas da filosofia de Austin.

PALAVRAS-CHAVE: J. L. Austin. Judith Butler. Pragmática. Gênero. Performatividade.

ABSTRACT: For a long time, John Searle has maintained the interpretative monopoly on J. L. Austin's speech act theory, which resulted in a pragmatics that is not capable of encompassing the disruption brought about by Austinian propositions regarding the way we do things with words. Responding to Rajagopalan's challenge for a socially relevant and socially engaged pragmatics, in this paper we bring together the speech act theory as proposed by J. L. Austin and the concept of gender performativity as presented by Judith Butler, as a way of both establishing a better understanding of the ways in which Butler articulates language in how she understands the subject and exploring a development in speech act theory unforeseen by its original proponent. In order to do so, we briefly review the speech act theory as proposed by Austin; then, we provide a general understanding of Butler's understanding of gender as performative; finally, we propose a convergence between both philosophers, which are very different from one another, in order to better understand gender as a product of language that acts upon and through individuals, outlining, in a way, the boundaries of social existence. We hope to establish through this theoretical discussion, establish a pathway for thinking pragmatics as a discipline which is always aware and informed by the social developments of language, in order to go beyond descriptivist efforts of canonized interpretations of Austin's philosophy.

KEYWORDS: J. L. Austin. Judith Butler. Pragmatics. Gender. Performativity.

1 Introdução: por uma pragmática socialmente relevante

J. L. Austin surge no campo de estudo da linguagem ordinária para fazer um estudo sistemático dos atos que realizamos através da utilização de certos signos. O conceito de atos de fala, como aponta Kanavillil Rajagopalan (2010) está

entre os mais fecundos dos últimos tempos, não só na área de linguística, mas também em áreas conexas das mais variadas, tais como a psicologia, a

¹ Doutoranda em Literatura, Cultura e Tradução, mestra em Filosofia e bacharela em Letras pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: jade.arbo@ufpel.edu.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5726-6545>

sociologia e a teoria literária, e, quem diria, a economia e até mesmo o direito – sem falar, é claro, da própria filosofia. (p. 244)

Na área da linguística, o campo de estudos que mais se utiliza dos conceitos austinianos é a pragmática, embora o próprio filósofo jamais tenha reivindicado lugar nessa disciplina.

Ainda que a leitura e a expansão do filósofo analítico John Searle da teoria dos atos de fala² tenha mantido por muito tempo o “monopólio interpretativo” de seus conceitos, sendo possivelmente a mais difundida, Rajagopalan (2010) aponta para o fato de que haveria outras formas de se ler Austin que não incorressem em uma linguística descritiva incapaz de incorporar o que Ottoni (2002) chama de “a quebra de barreiras filosóficas e linguísticas” trazidas por Austin (p. 125).

Ainda de acordo com Rajagopalan (1984), existe um embate entre desenvolvimentos descritivistas e não descritivistas da teoria dos atos de fala – em que os primeiros seriam aqueles que buscavam explicitar a força ilocucionária através de marcas linguísticas, e os segundos, aqueles que negavam essa possibilidade. Rajagopalan associa o descritivismo a uma visão dos atos de fala muito mais próxima à semântica, e o não descritivismo a uma visão mais condizente com a pragmática. Isso vai ao encontro do que coloca Marcondes (2012):

Uma análise pragmática depende muito mais da consideração de elementos contextuais, de aspectos perlocucionários, da comparação entre objetivo declarado e realização efetiva, do que da consideração de aspectos estritamente linguísticos, o que parece ser o caso em análises formais e semânticas. E certamente esse tipo de análise pragmática tem recebido menos atenção do que deveria nos desenvolvimentos recentes da teoria dos atos de fala. (p. 174)

Temos, assim, no desenvolvimento de uma análise pragmática dos atos de fala, um caminho para desvendar o que se faz através da linguagem, considerando que a pragmática se ocupa da linguagem *em e como* ação.

Dito isso, existem questões no interior do desenvolvimento da disciplina da pragmática em si como campo de estudos da linguagem que ainda necessitam ser explorados. Uma delas é a demanda por um desenvolvimento social da pragmática. Quanto a isso, Rajagopalan (2010) traz a seguinte questão:

Se é certo que a pragmática aborda questões relativas ao uso da linguagem, como a maioria dos estudiosos concorda, cabe igualmente perguntar como abordar racionalmente essas questões sem primeiro reconhecer a inerente dimensão social das mesmas. (p. 32)

Da mesma forma, Rajagopalan (2010), ao citar Jacob. L. Mey (1993) – que propõe uma politização da pesquisa em pragmática – ressalta que uma pragmática socialmente sensível conseguiria superar a distância entre a linguística teórica e a linguística aplicada, solucionando a divisão entre a linguística enquanto “ciência pura” e a prática da linguística

² Buscando resolver o problema de classificação atos ilocucionários como propostos originalmente por Austin, Searle desenvolve doze critérios a partir dos quais estabelece sua própria classificação dos mesmos, desenvolvendo uma “lógica ilocucionária” que permitiria a formalização dessa teoria (ARMENGAUD, 2006). As diferenças entre Austin e Searle, bem como as críticas à leitura searleana, não são foco do presente trabalho. No entanto, buscaremos atender à demanda apontada por Rajagopalan (2010), Marcondes (2012) e Ottoni (2002) por leituras não searleanas dos atos de fala, bem como por esforços menos descritivistas no âmbito da pragmática.

aplicada ao verdadeiro uso da linguagem. Corroborando esses apontamentos, Marcondes (2012) argumenta:

A análise do filósofo não deve se limitar a descrever pura e simplesmente o uso ordinário que se faz da linguagem, mas interrogá-lo, examinando sua estrutura, seus pressupostos e implicações, pois desta forma estaremos seguindo uma compreensão maior da realidade em que vivemos e do modo como agimos. (p. 43)

Portanto, uma pragmática socialmente engajada é aquela preocupada em examinar o uso da linguagem em um contexto real de fala, e percebê-lo em sua totalidade, tendo em mente aspectos extralinguísticos envolvidos na fala enquanto ação, ou seja, “as formas de vida cultural”, para usar as palavras de Armengaud (2006, p. 100), que são as próprias condições de existência de um ato de fala.

Com a necessidade de uma pragmática socialmente engajada e socialmente relevante em mente, o presente trabalho realiza uma aproximação entre a teoria dos atos de fala como proposta por J. L. Austin e o conceito de performatividade do gênero apresentado por Judith Butler, como forma tanto de melhor compreender a forma como Butler articula a questão da linguagem em sua visão do sujeito quanto de explorar um desdobramento da teoria dos atos de fala talvez jamais imaginado por seu autor. Para tanto, primeiramente revisitaremos a teoria dos atos de fala como proposta por Austin; em seguida, será dada uma visão geral do gênero como performativo, conforme proposto por Butler; por fim, propõe-se que uma aproximação entre ambos os filósofos, aparentemente situados em campos tão distintos da filosofia, possibilita uma melhor compreensão do gênero como produto de uma linguagem que age sobre indivíduos, delineando, de certa forma, os contornos de sua existência social.

Esperamos, através da presente discussão teórica, estabelecer um caminho produtivo para se pensar a disciplina da pragmática como sempre consciente e informada pelos desdobramentos sociais da linguagem, de forma a ir além dos esforços descritivistas das leituras canonizadas da filosofia de Austin.

2 A teoria dos atos de fala

A Filosofia da Linguagem Ordinária, que surge no contexto da virada linguística no século XX – na qual a filosofia volta sua atenção para a linguagem como forma de resolver problemas filosóficos – ocupa-se do uso concreto da linguagem. Consoante com essa linha filosófica, Austin demonstra desinteresse pela linguagem ideal. A filosofia da linguagem de Austin está inserida na tradição britânica da filosofia analítica, mais especificamente na Escola de Oxford, cujos filósofos realizavam seus estudos a partir de um conhecimento das humanidades clássicas e, assim, estavam mais interessados em investigar a linguagem em uso, em contraste com aqueles da Escola de Cambridge, por exemplo, que chegaram à filosofia através do estudo das ciências e da matemática, e olhavam para a linguagem de forma a encontrar seus elementos constitutivos e sua lógica (OTTONI, 1998).

O que Austin propõe em suas palestras, conforme aponta Marcondes no prefácio à sua tradução de *How to do Things with Words* (*Quando dizer é fazer: palavras e ação*, 1990), é que o foco seja colocado na produção linguística real dos indivíduos, na linguagem ordinária. Nesse contexto, lançando seu olhar sobre a linguagem em uso, Austin propôs inicialmente que existiriam dois tipos de proferimentos: o enunciado *constativo* e o enunciado *performativo*. O primeiro é aquele enunciado que descreve a realidade, que é responsável apenas por dizer algo e, portanto, está submetido a critérios de verdade e passível de verificação. O segundo, por sua vez, é aquele que, ao ser dito, não constata uma realidade, mas sim executa uma

determinada ação, e não está submetido a critérios de verdade, mas sim a critérios de felicidade: um ato não é verdadeiro ou falso, mas sim feliz ou infeliz, ou seja, ele é ou não é realizado.

Segundo essa primeira proposta, se digo “Está chovendo”, o meu interlocutor pode olhar pela janela e verificar a veracidade daquele proferimento, e isso torna o meu proferimento um enunciado constativo. Um enunciado performativo seria, em contraste, aquele que realizaria uma ação ao ser proferido, como um juiz que, ao pronunciar “Está aberta a sessão”, realiza, de fato, a ação de abri-la.

No entanto, no decorrer de suas conferências, Austin percebeu que a dicotomia constativo/performativo era inadequada, pois um proferimento como “Está chovendo” também possui uma dimensão performativa, que pode ser a de alertar alguém para o fato, ou justificar o cancelamento de um compromisso. Assim, pode-se concluir que todo o uso da linguagem é, de alguma forma, performativo.

Ao questionar as barreiras entre constativo e performativo, Austin (1990), propõe o ato de fala como sua unidade mínima de análise, dizendo o seguinte: “O ato de fala total considerado em uma situação em sua totalidade é o único fenômeno real que estamos, em última análise, engajados em elucidar” (p. 147).

Assim, um ato de fala é composto por três dimensões interdependentes, a saber 1) o ato locucionário, que é o próprio ato de proferir um dado conjunto de palavras, portanto a dimensão linguística de um ato de fala; 2) o ato ilocucionário, considerado o núcleo do ato de fala pois temos aqui a ação executada *ao* se dizer algo; e 3) o ato perlocucionário, que é a consequência do ato de fala, o que acontece *por* algo ter sido dito. A explicação de Marcondes (2012) é bastante elucidativa:

O ato locucionário é constituído, portanto, por convenções essencialmente *linguísticas* e logo variáveis de língua para língua; o ato ilocucionário por convenções *sociais* que instituem, por exemplo, a prática de prometer; e o ato perlocucionário é o *efeito não convencional* produzido pela promessa (o efeito convencional acha-se, é claro, por definição incluído no próprio ato ilocucionário) (p. 20, grifos meus).

O ato ilocucionário é dotado de força ilocucionária concedida por convenções sociais; essa força ilocucionária será definida, nos chamados atos de fala explícitos, pelo verbo performativo. Austin (1990) propôs, na última de suas conferências em *How to do Things with Words*, uma lista provisória de verbos performativos, como, por exemplo, os vereditivos, que dão um veredito (absolvo, condeno, considero, avalio) ou os compromissivos, que comprometem o falante a algo (prometo, juro, aposto). Porém, na linguagem ordinária, raramente nos expressamos usando verbos que explicitem a força ilocucionária de nossas sentenças. Não dizemos “Te alerto que está chovendo”, pois, dadas as circunstâncias – o contexto, o tom de voz, etc., ou seja, dado “o ato de fala total” – “Está chovendo” já basta para que o proferimento tenha força de alerta, e a adição do verbo performativo não seria natural. Por isso pode-se dizer que os atos ilocucionários são convencionais, pois “possibilitam a existência de enunciados performativos sem que seja possível identificar uma forma gramatical para eles” (OTTONI, 1998, p. 37). Este se configura no maior desafio a uma análise pragmática dos atos de fala: identificar a força ilocucionária sem que seja necessário que uma marca linguística específica a revele.

Tão importante quanto explicitar o ato que está sendo realizado, ou seja, a força ilocucionária, é identificar as condições de execução dessa ação. Em outras palavras, quais os elementos dos quais um falante deve lançar mão para que determinada ação seja bem-sucedida. Para essa finalidade, Austin propõe uma *doutrina das infelicidades*, que nada mais é do que a análise de por que certos atos de fala não são bem-sucedidos, como forma de

compreender o que deve ocorrer corretamente para que um ato seja realizado. Ele diz o seguinte: “Quais são essas coisas que esperamos descobrir pela observação e classificação dos tipos de casos em que algo *sai errado* e nos quais o ato [...] redundante, pelo menos em parte, em fracassar” (1990, p. 30). Aqui, novamente, a explicação de Marcondes (2012) se prova útil:

Austin caracteriza em seguida as condições pressupostas para a realização dos atos de fala, que consistem em uma combinação de intenções do falante e de convenções sociais com diferentes graus de formalidade. A satisfação dessas condições é critério do sucesso ou fracasso da tentativa de realização do ato. As intenções são consideradas como psicológicas e, portanto, subjetivas - embora em última análise também se originem de práticas sociais. As convenções são de natureza social e podem ser mais formais, por exemplo, no caso de um tribunal, ou mais informais, no caso de um grupo de amigos discutindo o resultado da final do campeonato de futebol. (...). Com frequência, especialmente em circunstâncias informais, essas regras são implícitas, mas estão sendo aplicadas, e isso se torna evidente quando são violadas. (p. 117)

Assim, a ideia de que a regra só é percebida no momento em que é quebrada é no que se apoia a doutrina das infelicidades, que, por sua vez, é a ferramenta através da qual descobrimos as condições de felicidade dos atos.

3 Judith Butler e o gênero

A filósofa Judith Butler, em um de seus trabalhos mais conhecidos, *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2016), constrói sua visão do gênero a partir de uma crítica ao sujeito do feminismo. Partindo de uma perspectiva pós-estruturalista, aliada a perspectivas feministas, gays e lésbicas sobre o gênero, Butler se propõe a realizar uma genealogia do gênero de modo a “observar como as fábulas de gênero estabelecem e fazem circular sua denominação errônea de fatos naturais” (p. 13). A escolha de Butler por “gênero” como sua categoria de análise e não a “mulher” acontece por considerar que o “feminino” já não é uma noção estável.

Como resume Linda Nicholson (1998), “o termo ‘gênero’ teve importante papel na teoria e política feminista desde o final dos anos 1960” (p. 289), sendo que discutir gênero, contemporaneamente, impacta e informa como se discute a temática do feminismo e seu sujeito. Inicialmente, serviu como forma de designar diferenças de comportamento, e então, mais popularmente, foi entendido como a variação em comparação à “constância” do sexo:

Pelo fato de os fenômenos biológicos serem vistos com frequência como imutáveis, feministas pensavam no aspecto biológico das diferenças entre feminino e masculino como aquelas que são imutáveis através da história e da cultura. Diferenças de ‘gênero’, no entanto, ou em como sociedades elaboravam essas diferenças biológicas em termos de expectativas quanto ao comportamento, eram consideradas variáveis através das culturas. (NICHOLSON, 1998, p. 289)

Ainda de acordo com Nicholson (1998), no advento da terceira onda do feminismo, por volta dos anos 1980, “muitas feministas estavam começando a reconhecer que todas as distinções, mesmo aquelas ditas ‘biológicas’ ou ‘naturais’, eram formuladas de dentro de uma perspectiva teórica específica” (p. 290), e com essa percepção, o reconhecimento de que “a

tendência de ver ‘sexo’ como separado de ‘gênero’ contribuiu com as tendências feministas de homogeneizar as experiências e situações das mulheres” (p. 291).

Nesse contexto, ao afirmar que o feminismo pode estar, na verdade, buscando “representação mais ampla para um sujeito que ele próprio constrói”³ (p. 23), Butler, da mesma forma que Austin desmantela as fronteiras entre o enunciado constativo (a verdade) e o enunciado performativo (a ação), o faz com as fronteiras entre o sexo (o biológico) e o gênero (o social).

Butler argumenta (...) que gênero não é uma propriedade dos indivíduos, uma essência refletida em seus atos e corpos, mas algo que se faz em nossas ações cotidianas, *um efeito pragmático de um amálgama de recursos semióticos (língua, entonação, tom de voz, o que/como se fala, roupas, cores, texturas, cortes de cabelo, posições corporais etc.) usados localmente para este/a interlocutor/a aqui e agora* (BORBA, 2014, p. 448, grifos meus).

O gênero, assim, não seria uma essência que transparece através de atos, mas o efeito de um conjunto de atos que dão a ilusão de essência ao gênero. Por não haver essência ao gênero de um indivíduo, segundo Butler (2016), a repetição constante desses atos é necessária para que sua ilusão de substância seja mantida. Isso é a *performatividade* do gênero, e esses atos em questão são o que Butler chama de *performances*.

A partir disso, a noção de performatividade em Butler torna-se justamente um ponto de encontro entre as perspectivas linguística, social e filosófica. Segundo Borba (2014, p. 462):

É no desmantelamento entre constativo e performativo que Butler situa sua teoria. Para a filósofa, enunciados como “é uma menina” ou “é um menino” não simplesmente descrevem um estado de coisas anterior à enunciação, mas fazem com que o corpo ao qual eles se dirigem entre em um processo infundável (porém, não imutável) capturado pelas normas da matriz de inteligibilidade de gênero.

Assim, Butler coloca os indivíduos como seres linguísticos, constituídos na linguagem e pela linguagem, pois são compelidos discursivamente – através de enunciados como “é uma menina” e “é um menino” – a se adequarem à gramática prescritiva do gênero que chamamos de matriz da inteligibilidade (BORBA, 2014).

Para melhor entendimento do conceito que propõe de performance, Butler faz o contraste com o termo *expressão*. Só haveria a *expressão* de gênero caso existisse um gênero preexistente, uma essência a ser expressa, que flua de dentro para fora de um sujeito. No entanto, na concepção de Butler, essa “essência”, sendo ilusão causada por performances contínuas de indivíduos – a repetição de atos –, não preexiste à interação do sujeito com o seu meio. Como ela mesma coloca (2016, p. 242-243):

³ Seu diagnóstico da teoria feminista é o de que “Em sua essência a teoria feminista tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres, que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, mas constitui o sujeito mesmo em nome de quem a representação política é almejada”. (p. 17) Assim, “representação” tem duplo sentido: é tanto o meio pelo qual se busca “estender a visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos” (p. 18), como “função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres” (p. 18). Portanto, longe de representar politicamente um sujeito pré-discursivo, a ideia de “mulher” como sujeito do feminismo criaria o próprio sujeito para o qual busca representação política. Exploro essa questão em Arbo, 2020.

(...) O gênero é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, consequentemente, pela forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanentemente marcado pelo gênero.

Assim, Butler conclui que não há identidade que preexista ao ato, e pela qual o ato possa ser medido. Não há, então, “atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora” (2016, p. 244).

Mas se o gênero não preexiste a sua performance, de onde vêm os moldes, os exemplos das performances que reproduzimos? Como sabemos que molde seguir, se o de homem ou de mulher? E se não há essência a esse gênero, por que nos vemos definidos como sendo uma coisa ou outra?

Uma vez que a visão performativa de gênero não comporta uma ideia de essência – e não havendo assim veracidade ou falsidade verificável de uma performance de gênero – poder-se-ia esperar que não houvesse regras. No entanto, Butler coloca que vivemos em uma sociedade binária onde se é, compulsoriamente, homem ou mulher, pois “os gêneros distintos são parte do que ‘humaniza’ os indivíduos na cultura contemporânea” (BUTLER, 2016 p. 241). Sendo assim, fugir aos padrões de gênero, fugir ao que é esperado de uma mulher ou de um homem seria, em diferentes níveis, correr o risco de se tornar “não humano” para a sociedade, de não ser visto como um indivíduo – ser “coisificado”, por assim dizer.

Nesse contexto, o gênero se torna, ao mesmo tempo, constante construção individual e alvo de rigorosa manutenção social. Essa manutenção pode se dar através das chamadas ficções reguladoras – como a postulação da naturalidade das diferenças entre os gêneros –, da legitimação de performances consideradas corretas, ou também pela punição de performances incorretas (BUTLER, 2016), e é isso que podemos chamar de *generificação*. Como traz Borba (2014, p. 462):

[A generificação] será acompanhada por um sem-número de enunciados tributários ao ato generificador fundacional: “é uma menina” será seguido por “não diga palavrões”, “cruze suas pernas ao sentar”, “não pratique esportes agressivos”, etc.; a “é um menino” segue “não chore”, “seja forte”, “abra suas pernas ao sentar”, “fale grosso”, etc.; atos de fala que visam conformar um corpo às normas de coerência entre sexo, gênero e desejo que constituem a matriz de inteligibilidade (...).

Ao mesmo tempo, então, em que o sujeito *se constitui* através da linguagem – executa performances através dos recursos semióticos mencionados por Borba anteriormente – ele também *é constituído* pela linguagem – através de atos de fala que generificam um corpo antes mesmo de um corpo poder generificar a si mesmo. Ao ato de fala fundacional “é um menino”, seguem-se diversos “atos de manutenção”, os quais fornecem modelos a serem seguidos.

Pode-se aqui traçar um paralelo entre a doutrina das infelicidades de Austin e a matriz de inteligibilidade de gênero proposta por Butler. Austin fala da existência de condições que garantem o sucesso de um ato de fala, e que especialmente em circunstâncias informais essas regras, implícitas, estão sendo constantemente aplicadas e só são percebidas no momento em que são violadas (MARCONDES, 2009, p. 117). Da mesma forma, o gênero é uma construção com efeito de essência, e a violação das regras tácitas que regem o gênero acaba por torná-las mais salientes. Quando um menino brinca de boneca, ou uma menina se

interessa por esportes radicais, podemos perceber através das reações dos familiares o atrito com a matriz de inteligibilidade de gênero: “Isso não é coisa de menina!”, “Isso não é coisa de menino!”, falas que acabam salientando também outros tantos enunciados generificadores através dos quais os indivíduos são regulados no decorrer de uma vida.

É importante salientar que entender o gênero como performativo não é dizer que o gênero é uma performance no sentido de atos teatrais realizados para uma audiência. Reconhecer a performatividade do gênero é “desessencializar” o gênero, despi-lo do efeito de substância, da mesma forma que a visão performativa da linguagem considera que dizer algo não é puramente constatar uma realidade, e sim agir, causar um efeito sobre o mundo.

4 Gênero e atos de fala: generificação e existência social

A teoria dos atos de fala busca desvendar quais atos são realizados pelo uso de certos signos por falantes de uma língua (ARMENGAUD, 2006). Para Austin, conforme Ottoni, “há o performativo que é o fenômeno central, seguido de um desdobramento através do ilocucionário e, finalmente, o ato de fala total como algo a ser desvendado” (1998, p. 75).

Olhando para as propostas classificatórias iniciais de Austin, podemos ser levados a pensar que a tarefa de desvendar o ato ilocucionário é simples: basta examinar uma determinada sentença e buscar no verbo a resposta para o ato ilocucionário ser realizado. Nos casos de frases como “Eu vos declaro” e “Eu te condeno”, de fato poderíamos classificar a força ilocucionária desses atos como, respectivamente, *exercitivos* e *veredictivos*. Esse seria um exemplo do que Austin chamou de ato ilocucionário explícito.

No entanto, é muito comum que na linguagem ordinária os verbos sejam implícitos ou elípticos, dependendo, assim, do contexto e de elementos extralinguísticos para que o enunciado tenha determinada força. A frase “Eu lhe pagarei amanhã”, como exemplifica Marcondes (2009, p. 116), pode ter força de promessa em determinadas circunstâncias, enquanto em outras pode ter força de ameaça. Por isso, pode-se dizer que realizar um ato de fala não depende apenas dos elementos linguísticos dos quais um falante lança mão.

Tratar de atos de fala é, portanto, buscar caminhos para tornar explícitos os elementos implícitos envolvidos na realização desses atos. Com frequência, no decorrer dos estudos no campo dos atos de fala, essa busca se traduz em esforços taxonômicos por parte dos estudiosos.

Não foi apenas Searle a buscar uma classificação para os diferentes tipos de ato ilocucionário; diversos outros autores buscaram modificar e expandir a lista inicialmente apresentada por Austin, reconhecida pelo próprio como provisória. Rajagopalan (2010), no entanto, argumenta que o próprio conceito do ato ilocucionário é incompatível com os esforços classificatórios da maioria dos estudos na área. Ele propõe caracterizar o ato ilocucionário como “uma unidade êmica, irreduzível” (p. 46) e atos ilocucionários como sendo “unidades de análise indissolivelmente culturais, compreensíveis apenas enquanto fatos institucionais, específicos de cada comunidade de fala” (p. 65), o que se contrapõe à tendência universalizante de esforços classificatórios em torno dos atos ilocucionários.

Em seu livro *Excitable Speech: a politics of the performative* (1997), Butler retoma a distinção entre ato ilocucionário e ato perlocucionário, definindo o ato ilocucionário como aquele que, ao ser dito, faz o que diz, enquanto o ato perlocucionário é o que produz efeito como consequência do que foi dito. A partir disso, quando se trata de atos ilocucionários, portanto, é necessário atentar-se para uma importante condição de felicidade desses atos, ou seja, as convenções que são invocadas no momento da produção desse enunciado.

Se o ato de fala faz algo *ao* ser dito, no momento em que é dito, esse algo é feito não por uma propriedade inerente ao léxico utilizado, mas porque esse dizer toma a forma de um ritual e retoma rituais anteriores. Butler traz a seguinte citação de Derrida:

Poderia um enunciado performativo ser bem-sucedido se sua formulação não repetisse em um enunciado “codificado” ou iterável ou, em outras palavras, se a fórmula que pronuncio para abrir uma sessão, lançar um barco ou efetuar um casamento não fosse identificável como conforme a um modelo iterável, se ela não fosse, pois, identificável de alguma forma, como uma “citação”? (*apud* BUTLER, 2000, p. 121)⁴.

Dizemos que o ato ilocucionário, então, realiza um ato *no momento* em que é dito, mas esse momento é mais complexo do que apenas um contexto momentâneo no espaço-tempo. “O ‘momento’ no ritual é uma historicidade condensada”, coloca Butler (1997, p. 3). Surgem, assim, desse entrelaçamento de conceitos, três importantes aspectos a serem considerados em torno do ato de fala que possibilitam um olhar não taxonômico e classificatório, mas sim contextual: sua historicidade, citacionalidade e iterabilidade.

Dizer que um ato de fala possui historicidade é dizer que ele excede o momento de sua enunciação, que “não basta encontrar o contexto apropriado para o ato de fala em questão para saber como melhor julgar seus efeitos” (BUTLER, 1997, p. 3). Um ato de fala, sendo um ritual, tem sua efetividade garantida por ser uma citação de performances anteriores, por lançar mão da historicidade ritualística de um enunciado.

Ao mesmo tempo, um ato não está imune a ressignificações. Butler cita a reavaliação da palavra “*queer*” como um exemplo de que enunciados

podem ser citados contra seu propósito original, e performar uma reversão de efeitos. (...) Nesse sentido, um “ato” não é um acontecimento momentâneo, mas um certo *nexus* de horizontes temporais, a condensação de uma iterabilidade que excede o momento que ocasiona (1997, p. 14).

A palavra “*queer*” foi, por muito tempo, usada como forma de ofensa – “um ato de injúria” (BUTLER, 1997, p. 16) – marcando aqueles ao qual a injúria era endereçada de forma pejorativa por sua sexualidade. Seguindo o exemplo de Butler para elucidar esses conceitos, podemos dizer que esse enunciado é apenas um ato de injúria por citar outras tantas instâncias nas quais essa palavra foi usada para agredir verbalmente, para punir uma performance de gênero que não condizia com o modelo binário heteronormativo que configura a matriz de inteligibilidade de gênero. No entanto, a característica de iterabilidade dos atos de fala apontada por Derrida permite que esse ato seja citado em outros contextos, com outros efeitos, evidenciando as possibilidades de ressignificação à medida em que “*queer*”, hoje, longe de ser uma ofensa, é usado para que indivíduos que fogem aos padrões de gênero e sexualidade se identifiquem e se afirmem no mundo. Butler coloca:

A possibilidade de um ato de fala de ressignificar um contexto anterior depende, em parte, da distância entre o contexto ou intenção originárias pelas quais o enunciado é animado e o efeito que produz. (...) Os significados que o ato de fala adquire e o efeito que performa devem exceder aqueles pelos quais foi pretendido, e os contextos que assume não devem ser exatamente os mesmos no qual ele se origina (se é que essa origem pode ser encontrada) (1997, p. 16-17).

⁴ As citações de *Excitable Speech* (1997) aqui presentes foram traduzidas por mim.

Essa leitura de Butler dos atos de fala de Austin nos permite, então, duas coisas: 1) ao considerarmos a historicidade de um ato de fala, seu caráter citacional e iterável, podemos lançar luz aos efeitos que um enunciado produz (ilocucionário), e à série de consequências que desencadeia (perlocucionário) sem recairmos em um esforço taxonômico formalizante do *insight* de Austin e 2) melhor compreender a visão de sujeito de Butler, criado *na e pela* linguagem.

Butler (1997) aponta que uma existência social do corpo só é possível à medida que esse mesmo corpo é interpelado – conceito que busca em Althusser – pela linguagem, ou seja, “impregnado” de significado ao ser chamado de algo, ao ser denominado. Para melhor elucidar essa perspectiva, Butler propõe um exercício mental: imaginar um corpo que ainda não tenha recebido uma definição social, um corpo que, portanto, não nos é acessível, mas que se *torna* acessível no momento em que nos dirigimos a ele de alguma forma. Este é o momento da interpelação, e essa interpelação “não ‘descobre’ o corpo, e sim o constitui fundamentalmente” (BUTLER, 1997, p. 5).

Na visão de Austin, o sujeito que fala precede a fala em si. A partir de uma leitura de Althusser, no entanto, o ato de fala precede, para Butler, o sujeito o qual esse ato torna linguisticamente existente. Butler (1997) traz uma cena clássica usada para exemplificar a interpelação: um policial se dirige aos transeuntes com “Ei, você aí!”, e aquele que virar-se em resposta se torna o sujeito daquela fala, em decorrência de reconhecer-se nela. O chamado do policial é uma reiteração de uma convenção; esse ato de fala é bem-sucedido devido à “dimensão citacional do ato de fala, a historicidade da convenção que excede e possibilita o momento de sua enunciação” (BUTLER, 1997, p. 33).

Diferentemente de Althusser, Butler (1997, p. 31) diz que o transeunte não precisa necessariamente reconhecer-se no chamado e virar-se, dizendo “Aqui estou!” para, mesmo assim, tornar-se o sujeito daquele enunciado. Um sujeito pode ser interpelado sem reconhecer-se nos chamados que lhes são dirigidos, ou sem sequer saber que eles existem. Da mesma forma, Butler traz outra situação para ilustrar essa ideia: a de alguém receber um nome sem mesmo saber que esse nome lhe foi dado, “o que é, afinal, a condição de todos nós no início, ou até mesmo antes do início” (BUTLER, 1997, p. 31), e esse nome o constitui socialmente, o torna linguisticamente acessíveis. Butler elucidada:

A marca que a interpelação realiza não é descritiva, mas inaugural. Busca introduzir uma realidade ao invés de reportar em uma realidade existente; ela realiza essa introdução através de uma citação de convenções existentes. Interpelação é um ato de fala cujo ‘conteúdo’ não é nem verdadeiro, nem falso: não possui descrição como sua tarefa principal. Seu propósito é indicar e estabelecer um sujeito em subjeção, produzir seus contornos sociais no espaço tempo (1997, p. 33-34).

É assim que Butler estabelece sua visão de sujeito constituído na e pela linguagem: inaugurado a partir de interpelações, atos de fala sem valor de verdade, e sim dotados de poder de gênese. Sua concepção de gênero é consoante com sua concepção de sujeito, sendo o gênero de um sujeito ao mesmo tempo inaugurado e mantido por atos de fala, mas atos estes não deterministas, pois podem ser ressignificados, citados de outras formas.

Butler tanto se utiliza de categorias que nos permitem compreender a força e os desdobramentos dos atos de fala em outros termos que não os taxonômicos (historicidade, citacionalidade e iterabilidade) quanto emprega uma visão performativa da linguagem para conceber o seu sujeito e a performatividade de seu gênero, ambos intrinsecamente ligados a uma ideia de linguagem como ação.

Constatamos que, ao invés de teorias paralelas que tratam de questões semelhantes, a visão performativa da linguagem de Austin se mostra essencial para o desenvolvimento da

noção de performatividade do gênero em Butler e, com ela, sua noção de sujeito. Assim, ao possibilitar a ideia de linguagem enquanto ação, Austin se constitui em um precursor que possibilita desdobramentos talvez por ele jamais imaginados.

Da mesma forma, a expansão de Butler sobre o pensamento de Austin parece oportunizar uma abordagem pragmática que se interessa, ao mesmo tempo, tanto pela linguagem quanto pela relevância social dos estudos em linguagem.

Esperamos ter sido possível, então, a partir da leitura de e sobre ambos os pensadores, traçar essas relações e interconexões entre suas teorizações, demonstrando, principalmente, a importância do diálogo transdisciplinar. Acreditamos que esta aproximação demonstre que, embora áreas aparentemente distantes da filosofia e das ciências humanas sejam, com frequência, estudadas de forma compartimentada, a interlocução entre elas se mostra tanto necessária quanto frutífera.

Referências

- ARBO, Jade Bueno. **O Feminismo em outros termos: da crítica ao sujeito fundacional feminista à ética da precariedade em Judith Butler**. 108 f. 2020. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.
- ARMENGAUD, Françoise. **A Pragmática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. 160 p.
- AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 136 p.
- BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cadernos pagu**, Campinas, n. 43, p. 441-474, jul-dez 2014
- BUTLER, Judith. **Excitable speech: a politics of the performative**. London, 1997. 188 p.
- BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-176.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 288 p.
- MARCONDES, Danilo. A Teoria dos Atos de Fala como visão pragmática de linguagem. **Filosofia Unisinos**, São Leopoldo, v. 7, n. 3, p. 217-230, set-dez 2006
- MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de linguagem: de Platão a Foucault**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. 140 p.
- MARCONDES, Danilo. **Filosofia, Linguagem e Comunicação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 184 p.
- MEY, Jacob L. **Pragmatics**. Oxford: Blackwell, 1993. p. 384.
- NICHOLSON, Linda J. (Org.). **Feminism/postmodernism**. New York: Routledge, 1990. 360 p.
- OTTONI, Paulo. **Visão performativa da linguagem**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998. 144 p.
- OTTONI, Paulo. John Langshaw Austin e a Visão Performativa da Linguagem. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 1, n. 18, p. 117-143, 2002
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. Atos Illocucionários como Jogos de Linguagem. In: XVIII Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos, 1989. **Anais do ...** São Paulo: Unicamp/USP, p. 523-530.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. **A nova pragmática: fases e feições de um fazer**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. 296 p.

Submetido em 29/03/2021

Aceito em 07/10/2021